



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2011

EDITAL

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, através dos incisos VIII e XI, do art. 69, e disposições constantes na Lei n° 948/2007 e suas alterações e o constante no art. 37 da Constituição Federal, legislação que regula a forma de ingresso de servidores via Concurso Público, resolve

TORNA PÚBLICO

1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1. Encontram-se abertas, a partir de 25 de abril a 06 de maio de 2011, as inscrições para o Concurso Público para admissão no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitorino, **das 08:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas**, na sede da Prefeitura Municipal situada na **Rua Barão de Capanema, nº 134, na cidade de Vitorino - Paraná**, aos cargos de:

Vagas	Código – Denominação	C.H.S.	Vencimento Inicial (R\$)	Taxa de Inscrição
01 (*)	CONTADOR	40	3.000,00	R\$ 100,00
01	ENGENHEIRO CIVIL	20	1.540,00	R\$ 100,00
01	PROCURADOR	20	2.500,00	R\$ 100,00
01	TECNICO ADMINISTRATIVO	40	700,00	R\$ 50,00

* **Cadastro de reserva.**

1.2. O regime jurídico do pessoal do magistério público municipal é aquele estabelecido e implantado através da Lei Municipal nº 948/2007 e suas alterações.

1.3. Documentos que o interessado deve apresentar no ato da inscrição:

- a) Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade;
- b) 02 (duas) fotografias 3x4, idênticas e recentes;
- c) Guia de recolhimento da taxa de inscrição paga no banco, no valor especificado acima. A guia ficará disponível no setor de tributação da Prefeitura Municipal;
- d) Antes de efetuar o recolhimento da taxa, o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição, uma vez que o valor recolhido não será devolvido em nenhuma hipótese.

1.4. A inscrição somente será efetivada após a confirmação do pagamento da taxa de inscrição, cujo documento deverá ser solicitado junto à Gerência Tributária do Município de Vitorino.



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

1.5. Caso necessite de condição especial para a realização da prova, o candidato deverá formalizar o pedido, por escrito, ao Presidente da Banca Examinadora, que examinará a possibilidade operacional do atendimento à solicitação.

1.6. Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.

1.7. A inscrição será de inteira responsabilidade do candidato, assumindo ele total responsabilidade pelas informações prestadas no formulário de inscrição e arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento.

1.8. O candidato portador de deficiência que se inscrever deverá declarar, no ato da inscrição, a deficiência de que é portador e deverá submeter a laudo técnico pericial, por perito oficial do Município, em data, horário e local definido e divulgado através de Edital publicado no Diário Oficial do Município.

1.9. O laudo médico deve atestar a espécie e o grau ou nível de deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

1.10. O candidato portador de deficiência que não realizar a inscrição de acordo com o disposto acima e que não se submeta a perícia médica dentro do prazo estabelecido não poderá participar do concurso na condição de portador de deficiência e conseqüentemente não concorrerá às vagas reservadas.

1.11. No ato da inscrição, a pessoa portadora de deficiência especificará que está ciente de que deverá submeter-se a avaliação médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo/função a que se inscreveu.

1.12. São reservadas aos portadores de deficiência 5% das vagas, desde que a deficiência de que são portadores seja compatível com as atribuições do cargo, de acordo com a Lei Municipal nº 948/2007.

1.13 . As vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiências e não preenchidas serão destinadas aos demais candidatos habilitados, com estrita observância da ordem classificatória no Concurso.

1.14. O candidato que se declarar portador de necessidades especiais participará do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo e à avaliação das provas.

1.15. Não caberá qualquer recurso da decisão exarada pelo Perito Médico Oficial do Município mencionado no item 1.8.

1.16. Não será aceita a realização de inscrição via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

1.17. Será permitida a inscrição de servidor já pertencente ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e sua nomeação, contudo, ficará condicionada ao afastamento do cargo primitivo.

1.18. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

1.19. Encerrado o prazo das inscrições, será publicado no órgão de divulgação oficial do município e no mural da Prefeitura Municipal a relação dos candidatos que tiverem suas inscrições deferidas e indeferidas.

1.20. Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas, terão direito a devolução somente dos documentos apresentados, desde que solicitados no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da publicação das inscrições deferidas e indeferidas.

1.21. No caso de indeferimento da inscrição, não será devolvido o valor referente ao pagamento da taxa de inscrição.

1.22. As inscrições poderão ser efetuadas pelo candidato ou por procurador legalmente constituído, cujo documento de outorga de poderes será retido no ato da inscrição.

1.23. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

1.24. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados e carteira de reservista.

2. DAS CONDIÇÕES PARA INVESTIDURA:

2.1. Além da aprovação no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital, a investidura do candidato no cargo está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. CONDIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS A TODOS OS CARGOS:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal, § 1º, do art. 12 e Decreto nº 70.436, de 18/04/72). Ao estrangeiro naturalizado é exigida a revalidação e a possibilidade do exercício de sua profissão no país;
- b) atender aos requisitos de escolaridade, nos termos deste Edital;
- c) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

- d) apresentar Cédula de Identidade, Cadastro de Pessoas Físicas - CPF regularizado e Título Eleitoral;
- e) estar em dia com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as militares;
- f) apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
- g) submeter-se a exame médico pré-admissional;
- h) apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época da posse, conforme dispõe a Lei Municipal nº 948/2007;
- i) Registro no Conselho Regional da Categoria para os cargos exigidos;
- j) Condições Especiais: os diplomas e certificados obtidos em instituições estrangeiras terão que estar devidamente convalidados.

3. PROVAS:

DA ESTRUTURA DO CONCURSO PUBLICO DAS ETAPAS DO CONCURSO PUBLICO

O Concurso Público compreenderá as seguintes etapas:

- a) Primeira Etapa – Consistirá de Prova Escrita Objetiva, de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório.
- b) Segunda Etapa - Avaliação de Títulos, para todos os cargos/áreas de formação.
- c) Terceira Etapa – Consistirá em exame pré-admissional, de caráter eliminatório, ficando o candidato sujeito a todo e qualquer exame solicitado pelo Médico do Trabalho para comprovação de aptidão por parte do candidato, para o pleno exercício do emprego.

OBSERVAÇÕES:

A Prova de Títulos é para todos os cargos/áreas de formação, conforme FICHA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS em anexo, e será considerada somente para fins de classificação, deverão ser entregues, mediante protocolo, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação da convocação dos candidatos.

D - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO/PONTUAÇÃO:

E - Prova objetiva com 50 (cinquenta) questões objetivas a que se referir este Concurso Público, valendo cada uma 0,2 (dois décimos) de ponto, perfazendo o total máximo possível de pontos igual a 10,0 (dez).

F - No caso de empate no resultado final adotar-se-á o seguinte critério para desempate:

- 1º) maior número de acertos nas questões 25 a 50, persistindo o empate;
- 2º) o candidato mais idoso.



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

G - Avaliação de Títulos com pontuação no intervalo de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), conforme Ficha de Avaliação de Títulos em anexo.

H - Terão seus títulos avaliados somente os candidatos que obtiverem, na prova objetiva, nota igual ou superior a 05 (cinco) pontos.

I - O Resultado Final do Concurso Público será definido a partir das pontuações obtidas pelos candidatos nas duas fases do concurso, aplicando-se a seguinte média aritmética final:

$$\text{MÉDIA FINAL: } \frac{(\text{Prova Objetiva} \times 2) + (\text{Avaliação de Títulos} \times 1)}{3}$$

J - Terminada a avaliação das provas e dos títulos, a Comissão Supervisora de Concursos apresentará relatório ao Prefeito Municipal, para fins de homologação e publicação dos resultados no Diário Oficial do Município, contendo o nome dos aprovados, respectivas notas e classificação.

3.2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.2.1. As respostas às questões objetivas deverão ser transcritas para o cartão-resposta/gabarito com caneta esferográfica com tinta preta ou azul, devendo o candidato assinalar uma única resposta para cada questão.

3.2.2. Não serão consideradas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.

3.2.3. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, e, se for o caso, em Edital Complementar, na capa do caderno de provas e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

3.2.4. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.

3.2.5. Não haverá segunda chamada para as provas. A ausência do candidato, por qualquer motivo, inclusive doença ou atraso, implicará na sua eliminação do Concurso.

3.2.6. Excepcionalmente e a critério médico devidamente comprovado, o candidato que estiver impossibilitado de realizar a prova escrita em sala de prova, fará a mesma em local especialmente designado pela comissão organizadora do Concurso Público.

3.2.7. Para a realização das provas, os candidatos deverão comparecer ao local de prova 30 (trinta) minutos antes do horário de início, portando o original do documento oficial de



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

identidade, cartão de identificação fornecido no ato de inscrição, caneta esferográfica escrita grossa cor preta ou azul, lápis e borracha, sendo vedada a utilização de quaisquer meios auxiliares.

3.2.8. Os portões do local de prova serão fechados, impreterivelmente, 30 (trinta) minutos antes do horário de início das provas, não sendo permitida a entrada ao local de provas de candidatos retardatários.

3.2.9. A duração da Prova Objetiva será de 04 (quatro) horas, incluído aí o tempo para o preenchimento do cartão-respostas. O controle do tempo de aplicação da prova e as informações a respeito do tempo transcorrido, durante a realização da prova, serão feitos pelos fiscais de sala.

3.2.10. O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após 01 (uma) hora do início da Prova Objetiva, devendo, antes de retirar-se do recinto da sala, entregar aos fiscais o caderno de prova e o cartão-respostas.

3.2.13. Em caso de perda ou roubo de documentos, o candidato será admitido para realizar as provas, desde que tenha se apresentado no local que lhe foi designado e que seja possível fazer a verificação de seus dados junto ao Presidente da Banca Examinadora antes da hora marcada para início das provas.

3.2.14. Nas salas de prova, os candidatos não poderão manter em seu poder relógios, armas e aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, calculadora, agenda eletrônica, etc.), devendo entregá-los ao fiscal de sala antes do início da prova. O candidato que estiver portando qualquer um desses instrumentos durante a realização da prova será eliminado do Concurso.

3.2.15. Não será permitido ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se do recinto, a não ser em casos especiais e acompanhado de um membro componente da equipe de aplicação do Concurso.

3.2.16. Não será permitida consulta a nenhum tipo de material durante a realização da prova, inclusive legislação seca.

3.2.17. Ao terminar as provas o candidato deverá entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o caderno de provas e o cartão-resposta devidamente assinado, salvo o contido no item 3.2.4.

3.2.18. Constatada a qualquer tempo, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, a utilização pelo candidato de procedimentos ilícitos, a prova será anulada e automaticamente o candidato será eliminado do Concurso, sem prejuízo das cominações legais civis e criminais deles decorrentes.

3.2.19. Será eliminado o candidato que, durante a aplicação das provas, não obedecer as regras estabelecidas neste edital e pelos fiscais de sala.



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

3.2.20. Os candidatos só poderão deixar a sala de provas com autorização do fiscal, mesmo que tenham desistido do Concurso, não podendo levar consigo o Caderno de Questões.

3.2.21. Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala e somente poderão sair juntos do recinto, após aposição em ata de suas respectivas assinaturas ou nos envelopes que serão lacrados com as provas e os gabaritos.

3.2.22. O Gabarito das Provas Objetivas será divulgado no órgão oficial de imprensa municipal e afixado em Mural da Prefeitura Municipal de Vitorino, até o terceiro dia útil subsequente à data da realização das provas.

3.3. DATA DE REALIZAÇÃO, LOCAL E HORÁRIO:

3.3.1.

<i>DATA</i>	<i>LOCAL</i>	<i>HORÁRIO</i>
29/05/2011	<i>Escola Municipal Menino Jesus</i>	<i>INÍCIO DAS PROVAS 08h00 HORAS</i>

3.3.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato inscrito acompanhar a publicação ou divulgação dos atos concernentes ao Concurso Público, divulgados no Diário Oficial do Município de Vitorino e no Mural da Prefeitura Municipal de Vitorino, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados neste Edital e nos que forem publicados durante a execução do Concurso.

3.4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

3.4.1. O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO contendo os pontos de cada cargo do concurso, consta no Anexo deste Edital.

4. DOS RECURSOS:

4.1. Serão admitidos recursos relativos:

- a) ao indeferimento do pedido de inscrição, na forma prevista no item 5.2 deste Edital;
- b) à formulação e conteúdo de questão e gabarito da prova objetiva;
- c) a erro material verificado nas publicações dos resultados;

4.2. Caberá recurso relativo à inscrição que não conste da relação das inscrições deferidas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, dentro do horário de expediente, contados da data da divulgação da relação de inscrições deferidas no Diário Oficial do Município, o qual deverá ser protocolado junto ao Presidente da Banca Examinadora.



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

- 4.3. Para que possam ser conhecidos, os recursos precisam ser tempestivos e fundamentados.
- 4.4. Os recursos que forem encaminhados por via postal comum, via fax ou via correio eletrônico, não serão conhecidos.
- 4.5. O recurso será dirigido ao Presidente da Banca Examinadora Público da Prefeitura Municipal de Vitorino que o remeterá para emissão de parecer fundamentado da Banca Examinadora, sendo o mencionado parecer subsídio para julgamento a ser proferido pelo Supervisor Geral. O recorrente será intimado do resultado do julgamento do recurso.
- 4.6. Se, por força de decisão favorável aos recursos, houver modificação do gabarito oficial da prova objetiva, os cartões-respostas serão reanalisados de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso dessa modificação.
- 4.7. Os pontos relativos às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que fizeram a prova. Se houver alteração, por força de impugnações de item integrante da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
- 4.8. Não serão admitidos recursos relativos ao preenchimento incompleto, equivocado ou incorreto do cartão-respostas.
- 4.9. Apreciados e decididos os recursos, não será concedida revisão, segunda chamada, vista ou recontagem de pontos.

5. OUTRAS INFORMAÇÕES:

- 5.1. Após a divulgação do Resultado Final do Concurso Público, o candidato que for convocado será submetido a exame médico pré-admissional.
- 5.2. O prazo de validade deste Concurso Público será de 02 (dois) anos, contados a partir da data da publicação da respectiva homologação no Diário Oficial do Município de Vitorino, podendo, a critério, interesse e conveniência da Prefeitura Municipal de Vitorino, ser prorrogado por igual período.
- 5.3. A aprovação do candidato no Concurso não implicará obrigatoriamente em sua investidura, dependendo esta da existência de vaga, conveniência e oportunidade administrativa da Prefeitura Municipal de Vitorino e, especialmente, da disponibilidade financeira e orçamentária, nos termos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 5.4. O candidato que, no ato da inscrição fizer declaração inverídica ou falsa, ficará sujeito às sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração, nos termos do Código Penal Brasileiro.
- 5.5. A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação integral das condições previstas para o Concurso.



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

5.6. As demais condições estão estabelecidas no Regulamento Geral de Concursos da Prefeitura Municipal de Vitorino.

5.7. Os casos omissos serão resolvidos pela banca examinadora.

5.8 Ficarão a disposição dos candidatos no Mural da Prefeitura de Vitorino – PR os seguintes documentos:

- a) Cópia do Edital do Concurso e seus anexos;
- b) Cópia do Regulamento Geral de Concursos Públicos.
- c) Lei Municipal nº 948/2007 e Lei Orgânica do Município.

5.9. É de exclusiva responsabilidade do candidato inscrito acompanhar a publicação ou divulgação dos atos concernentes ao Concurso Público, divulgados no Diário Oficial do Município de Vitorino e no Mural da Prefeitura Municipal de Vitorino, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados neste Edital e nos que forem publicados durante a execução do Concurso.

5.10. A composição das Bancas Examinadoras e demais informações que se fizerem necessárias, serão publicadas e afixadas no Mural da Prefeitura Municipal.

6. INFORMAÇÕES SOBRE DOCUMENTAÇÃO:

6.1. Os interessados poderão obter cópia deste Edital, bem como maiores informações e esclarecimentos, junto ao Presidente da Banca Examinadora da Prefeitura Municipal de Vitorino, situada na **Rua Barão de Capanema, nº 134, na cidade de Vitorino - Paraná**, no horário **das 08:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas**, de segunda à sexta feira.

Vitorino, 29 de março de 2011

VALDIR PICOLOTTO
Prefeito Municipal de Vitorino



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2011

**DECLARAÇÃO DE QUE CONHECE E SE SUJEITA A TODAS
AS CONDIÇÕES DO REGULAMENTO E EDITAIS DO CONCURSO**

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
portador da CIRG nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____,
Fone: (____) _____, email: _____,
requerendo neste ato inscrição no **CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2011**, ao cargo de
_____, da Prefeitura Municipal de Vitorino - Estado do
Paraná, **DECLARO** que conheço e submeto-me a todas as condições do Regulamento,
Normas e Editais do referido concurso.

Sendo o que tinha a declarar.

Vitorino, em ____ de _____ de 2011.

(nome do candidato)



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II FICHA DE TÍTULOS

Candidato:	Nº Inscrição:
-------------------	----------------------

TÍTULOS		NÚMERO DE PONTOS POR TÍTULO
ITEM 1	Curso de Doutorado	3,0
	Curso de Mestrado	2,0
	Curso de Especialização (pós-graduação lato sensu)- por curso	1,0
	Número máximo de pontos do Item 1	5,0
ITEM 2	Experiência profissional, inclusive atividades docentes	
	Até 1 ano	0,5
	Mais de 1 até 2 anos	1,0
	Mais de 2 anos	3,0
	Número máximo de pontos do Item 2	3,0
ITEM 3	Publicações técnicas na sua área de atuação	
	Por livro	0,5
	Por artigo científico ou equivalente	0,2
	Número máximo de pontos do Item 3	2,0

Obs: a) Os títulos serão devidamente comprovados e deverão guardar direta relação com as atribuições do cargo em concurso.

b) Não é permitida a acumulatividade de títulos, ou seja, o título apresentado somente poderá ser enquadrado em apenas um item acima.

BANCA EXAMINADORA:



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO III
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2011
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGO CONTADOR:

LÍNGUA PORTUGUESA -1.Linguagem, língua; 2. Elementos da comunicação e funções da linguagem; 3. Variação lingüística; 4. Seqüências textuais (narração, descrição, argumentação); 5. Gêneros textuais; 6. Texto, contexto e interlocução; 7. Fatores de textualidade; 8. Recursos semânticos e estilísticos (figuras de linguagem, informações implícitas, ambigüidade problemática e como efeito de sentido, sinonímia, antonímia, polissemia, campo semântico, hiponímia e hiperonímia); 9. Fonética e fonologia; 10. Morfologia (estrutura e formação das palavras); 11. Sintaxe do período simples e do período composto (relações sintáticas de coordenação e subordinação entre palavras e orações; as classes de palavras e suas funções sintáticas no texto); 12. Concordância verbal e nominal; 13. Regência verbal e nominal; 14. Colocação pronominal; 15. Crase.

MATEMÁTICA-1. Conjuntos. 2. Razão e proporção. 3. Regra de três simples e composta. 4. Porcentagem; 5. Juros simples e composto. 6. Descontos simples e composto. 7. Equações e inequações. 8. Sistemas e problemas envolvendo variáveis do 1º e 2º graus. 9. Relações métricas e trigonométricas no triângulo. 10. Problemas que envolvam figuras planas. 11. Funções. 12. Sistemas legais de medidas.

Noções de Informática: Windows, Word, Excel, Hardware e Software, componente básicos computador, planilhas eletrônicas, internet, programas de apresentação, editores de texto.

DIREITO PÚBLICO (CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO). Constituição Federal de 1988 e suas emendas constitucionais, e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Constituição: conceito e classificação.

CONTABILIDADE GERAL / INFORMÁTICA. Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade. Patrimônio. Conceito contábil e componentes patrimoniais. Itens Patrimoniais. Ativo, Passivo e Situação Patrimonial Líquida.. Equação Patrimonial e suas variações. Representação gráfica dos estados patrimoniais. Conceitos de capital: (social ou nominal, próprio, de terceiros, total à disposição da entidade, capital realizado e a realizar e autorizado). Diferença entre capital e patrimônio. Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Lei 4320/64.

Escrituração contábil. Conceito de Débito e Crédito. Contas Contábeis: natureza e sua movimentação. Métodos de escrituração. Lançamentos contábeis: conceito, funções e elementos essenciais. Principais Livros Contábeis.. Atos e fatos administrativos: conceito, classificação e diferença entre ato e fato administrativo. Receitas e Despesas – conceitos, contabilização, classificação e tratamento contábil. Resultado com Mercadorias, Produtos e Serviços. Apuração, composição e contabilização do custo de mercadorias, produtos e



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

serviços vendidos. Apuração do Resultado Líquido do Exercício. 6.3.1. Normas e Princípios Contábeis aplicáveis a apuração do Resultado. Distribuição e Destinação do Resultado do Exercício. 7. Tratamento dos Estoques. 7.1. Conceitos contábeis aplicados e Principais Contas. Principais Contas, Conceitos Contábeis Aplicados e Procedimentos de Avaliação. Tratamento de Ativos Permanentes.. Principais Contas, Conceitos Contábeis Aplicados e Procedimentos de Avaliação e Provisões Aplicáveis. Tratamento do Patrimônio Líquido. Principais Contas, Demonstrações Contábeis Obrigatórias.. Conceitos, Composição, Finalidade, Estrutura e Forma de Apresentação.

LRF. Planejamento (PPA- LDO-LOA). Receita Pública. Despesa Pública. Transferências Voluntárias. Destinação dos recursos Públicos para o setor privado. Dívida e Endividamento. Gestão Patrimonial. Transparência, Controle e Fiscalização. Resolução CFC nº 750/93 (princípios fundamentais de Contabilidade). Resolução CFC nº 803/96 (Código de Ética Profissional de Contabilista). Portaria Interministerial (STN) nº 42, nº 163/01, nº 448/03 e atualizações. **INSTRUÇÕES DO TCE.** Regulamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Instruções Técnicas, provimentos, sistemas, etc). **CONTABILIDADE PUBLICA E LEGISLAÇÃO.** campo de aplicação e abrangência do sistema contábil, regime contábil: características das receitas e despesas públicas. características da administração direta e entidades da administração indireta Orçamento público: conceito, princípios, tipos de orçamento, elaboração e aprovação do orçamento, alterações no orçamento durante sua execução, previsão e resultados orçamentários. Créditos adicionais: suplementares, especiais, extraordinários. instrumentos de planejamento (PPA – LDO – LOA). classificações: orçamentárias, institucional, funcional, programática. Receita: classificação legal da receita orçamentária, receita extra-orçamentária, processamento da receita pública, quitações, resíduos ativos ou restos a arrecadar, restituições de receita, contabilização, categorias econômicas, fontes de recursos, vinculação da receita ao orçamento, dívida ativa. Despesa: classificação legal das despesas orçamentárias, despesa extra-orçamentária, processamento da despesa pública, estágios da despesa segundo a lei, despesas processadas e não processadas, contabilização, restos a pagar, suprimimento de fundos, despesas de exercício anteriores, dívida fundada e dívida flutuante, Empenho da despesa: conceito, empenho ordinário, empenho global, empenho-estimativa, anulação de empenho, contabilização. Adiantamento: disposições básicas. Regimes contábeis: caixa, competência, misto. 14 programação financeira , execução financeira: conceito, caixa e bancos, boletim diário de caixa, encerramento diário da contabilidade, fontes e vínculos. Execução patrimonial: bens públicos, material, avaliação patrimonial, lançamentos patrimoniais sistemas de contabilização municipal: orçamentário, financeiro, patrimonial, de compensação. Plano de contas e lançamentos contábeis. análise de balanços, consolidações e prestação de contas. Lei Complementar nº 101/2000 – LRF; Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações – LLic;
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VITORINO.

Para Cargo de Engenheiro Civil

LÍNGUA PORTUGUESA -1.Linguagem, língua; 2. Elementos da comunicação e funções da linguagem; 3. Variação lingüística; 4. Sequências textuais (narração, descrição, argumentação); 5. Gêneros textuais; 6. Texto, contexto e interlocução; 7. Fatores de textualidade; 8. Recursos semânticos e estilísticos (figuras de linguagem, informações implícitas, ambigüidade problemática e como efeito de sentido, sinonímia, antonímia,



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

polissemia, campo semântico, hiponímia e hiperonímia); 9. Fonética e fonologia; 10. Morfologia (estrutura e formação das palavras); 11. Sintaxe do período simples e do período composto (relações sintáticas de coordenação e subordinação entre palavras e orações; as classes de palavras e suas funções sintáticas no texto); 12. Concordância verbal e nominal; 13. Regência verbal e nominal; 14. Colocação pronominal; 15. Crase.

MATEMÁTICA- Conjuntos. Razão e proporção. 3. Regra de três simples e composta. 4. Porcentagem; 5. Juros simples e composto. 6. Descontos simples e composto. 7. Equações e inequações. 8. Sistemas e problemas envolvendo variáveis do 1º e 2º grau. 9. Relações métricas e trigonométricas no triângulo. 10. Problemas que envolvam figuras planas. 11. Funções. 12. Sistemas legais de medidas.

ESPECÍFICOS: Saneamento básico - tratamento de água e esgoto, Estradas e pavimentos urbanos, Planejamento, controle e orçamento de obras. Execução de obras civis.. provisórias; Canteiro de obras: proteção e segurança, depósito e armazenamento de materiais, equipamentos e ferramentas; Fundações; Escoramentos; Estruturas de concreto: formas, armação; Argamassas; Instalações prediais; Alvenarias; Esquadrias; Coberturas; Pisos; Impermeabilização; Isolamento térmico, Materiais de construção civil.; 3.2; 3.3; Concreto: dosagem: tecnologia do concreto; Aço; Madeira; Materiais cerâmicos; Vidros; Tintas e vernizes; 3.10 Recebimento e armazenamento de materiais. Mecânica dos solos. Origem, formação e, propriedades dos solos; Índices físicos; Prospecção geotécnica; Compactação dos solos, Hidráulica aplicada e hidrologia compressibilidade dos solos, adensamento nos solos, estimativa de recalques; Resistência ao cisalhamento dos solos; Empuxos de terra, estruturas de arrimo, estabilidade de taludes, estabilidade das fundações superficiais e estabilidade das fundações profundas. Resistência dos materiais. Saúde e segurança ocupacional em canteiro de obra Deformações; 5Flexão simples, flexão composta, torção, cisalhamento e flambagem.. Análise estrutural., Estudos das estruturas isostáticas (vigas simples, vigas gerber, quadros, arcos e treliças), deformações e deslocamentos em estruturas isostáticas, linhas de influência em estruturas isostáticas, esforços sob ação de carregamento, variação de temperatura e movimentos nos apoios; Dimensionamento do concreto armado. Detalhamento de armação em concreto armado; Responsabilidade Civil e Criminal em Obras de Engenharia e Conhecimentos legais sobre o enquadramento dos responsáveis referentes aos arts. 121 e 132 do Código Penal Brasileiro, Qualidade de obras e certificação de empresas.

Norma NBR 6118 - ABNT - Projeto de estruturas de concreto - procedimentos. Instalações prediais. Instalações elétricas de baixa tensão; Instalações hidráulicas; Instalações de esgoto; Instalações de telefone e instalações especiais (proteção e vigilância, gás, ar comprimido, vácuo e água quente). Norma Regulamentadora - NR 18 Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (118.0002), Ministério do Trabalho e Emprego. Patologia das obras de engenharia civil. Engenharia de avaliações: legislação e normas, laudos de avaliação.

Aproveitamento de resíduos e Sustentabilidade na construção; Inovação tecnológica e Racionalização da construção; Portaria n. 134: Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade na Construção Habitacional - PBQP-H, Ministério do Planejamento e Orçamento, de 18-12-1998; Portaria n. 67 SEDU/PR (Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República), Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços e Obras - SIQ, Ministério da Ciência e Tecnologia, de 20-12-2002.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VITORINO.

Para o Cargo de Procurador

LÍNGUA PORTUGUESA -1. Linguagem, língua; 2. Elementos da comunicação e funções da linguagem; 3. Variação lingüística; 4. Sequências textuais (narração, descrição, argumentação); 5. Gêneros textuais; 6. Texto, contexto e interlocução; 7. Fatores de textualidade; 8. Recursos semânticos e estilísticos (figuras de linguagem, informações implícitas, ambigüidade problemática e como efeito de sentido, sinonímia, antonímia, polissemia, campo semântico, hiponímia e hiperonímia); 9. Fonética e fonologia; 10. Morfologia (estrutura e formação das palavras); 11. Sintaxe do período simples e do período



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

composto (relações sintáticas de coordenação e subordinação entre palavras e orações; as classes de palavras e suas funções sintáticas no texto); 12. Concordância verbal e nominal; 13. Regência verbal e nominal; 14. Colocação pronominal; 15. Crase.

MATEMÁTICA-1. Conjuntos. 2. Razão e proporção. 3. Regra de três simples e composta. 4. Porcentagem; 5. Juros simples e composto. 6. Descontos simples e composto. 7. Equações e inequações. 8. Sistemas e problemas envolvendo variáveis do 1º e 2º grau. 9. Relações métricas e trigonométricas no triângulo. 10. Problemas que envolvam figuras planas. 11. Funções. 12. Sistemas legais de medidas.

Noções de Informática: Windows, Word, Excel, Hardware e Software, componente básicos computador, planilhas eletrônicas, internet, programas de apresentação, editores de texto.

DIREITO PÚBLICO (CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E MUNICIPAL). 1. Constituição Federal de 1988 e suas emendas constitucionais, e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 2. Constituição: conceito e classificação. 3. Normas constitucionais: classificação. 4. Preâmbulo, normas constitucionais programáticas e princípios constitucionais. 5. Disposições constitucionais transitórias. 6. Hermenêutica constitucional. 7. Poder constituinte. 8. Controle de constitucionalidade: direito comparado. 9. Controle de constitucionalidade: sistema brasileiro. Evolução histórica. 10. Inconstitucionalidade: normas constitucionais inconstitucionais. 11. Inconstitucionalidade por omissão. 12. Ação direta de inconstitucionalidade: origem, evolução e estado atual. 13. Ação declaratória de constitucionalidade. 14. Arguição direta de preceito fundamental. 15. Da declaração de direitos: histórico; teoria jurídica e teoria política. 16. Direitos e garantias individuais e coletivos. 17. Princípio da legalidade. 18. Princípio da isonomia. 19. Regime constitucional da propriedade. 20. Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 21. Liberdades constitucionais. Jurisdição constitucional no direito brasileiro e no direito comparado. 22. Direitos sociais e sua efetivação. 23. Princípios constitucionais do trabalho. 24. Estado federal: conceito e sistemas de repartição de competência; direito comparado. 25. Federação brasileira: características, discriminação de competência na Constituição de 1988. 26. Estado Democrático de Direito: fundamentos constitucionais e doutrinários. 27. Organização dos Poderes: mecanismos de freios e contrapesos. 28. União: competência. 29. Estado-membro; poder constituinte estadual: autonomia e limitações. 30. Estado-membro: competência e autonomia. 31. Administração pública: princípios constitucionais. 32. Servidores públicos: princípios constitucionais. 33. Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo. 34. Poder Executivo: presidencialismo e parlamentarismo; ministro de Estado. 35. Presidente da República: poder regulamentar; medidas provisórias. 36. Crimes de responsabilidade do presidente da República e dos ministros de Estado. 37. Poder Judiciário: organização; estatuto constitucional da magistratura. 38. Supremo Tribunal Federal: organização e competência. 39. Superior Tribunal de Justiça: organização e competência. Justiça federal: organização e competência. 40. Justiça do trabalho: organização e competência. 41. Ministério Público: princípios constitucionais. 42. Advocacia-Geral da União: representação judicial e extrajudicial da União; consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo; organização e funcionamento. 43. Representação judicial e consultoria jurídica dos estados e do Distrito Federal. 44. Limitações constitucionais do poder de tributar. 45. Ordem econômica e ordem financeira: princípios gerais. 46. Princípios constitucionais da ordem econômica. 47. Intervenção do Estado no domínio econômico. 48. Meio ambiente. 49. Direitos e interesses das populações indígenas. 50. Interesses difusos e coletivos. 1 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. Direito



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

administrativo como direito público. Objeto do direito administrativo. 2 Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material. 3 Fontes do direito administrativo: doutrina e jurisprudência na formação do direito administrativo. Lei formal. Regulamentos administrativos, estatutos e regimentos; instruções; princípios gerais; tratados internacionais; costume. 4 Relação jurídico-administrativa. Personalidade de direito público. Conceito de pessoa administrativa. 5 Teoria do órgão da pessoa jurídica: aplicação no campo do direito administrativo. 6 Classificação dos órgãos e funções da administração pública. 7 Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência. 8 Ausência de competência: agente de fato. 9 Hierarquia. Poder hierárquico e suas manifestações. 10 Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Administração pública direta e indireta. 11 Concentração e desconcentração de competência. 12 Autarquias. Agências reguladoras e executivas. 13 Fundações públicas. 14 Empresa pública. 15 Sociedade de economia mista. 16 Entidades paraestatais, em geral, o Terceiro Setor, Organizações Sociais e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. 17 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo: elementos; procedimento administrativo. 18 Validade, eficácia e auto-executoriedade do ato administrativo. 19 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 20 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 21 Atos administrativos gerais e individuais. 22 Atos administrativos vinculados e discricionários. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 23 Ato administrativo inexistente. Teoria das nulidades no direito administrativo. 24 Atos administrativos nulos e anuláveis. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. 25 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 26 Contrato administrativo: discussão sobre sua existência como categoria específica; conceito e caracteres jurídicos. 27 Formação do contrato administrativo: elementos. Licitação: conceito, modalidades e procedimentos; dispensa e inexigibilidade de licitação, Lei n.º 8.666/93. 28 Execução do contrato administrativo: princípios; teorias do fato do príncipe e da imprevisão. 29 Extinção do contrato administrativo: força maior e outras causas. 30 Espécies de contratos administrativos. Convênios administrativos. 31 Poder de polícia: conceito; polícia judiciária e polícia administrativa; liberdades públicas e poder de polícia. 32 Principais setores de atuação da polícia administrativa. 33 Serviço público: conceito; caracteres jurídicos; classificação e garantias. Usuário do serviço público. 34 Concessão de serviço público: natureza jurídica e conceito; regime jurídico financeiro. 35 Extinção da concessão de serviço público; reversão dos bens. 36 Permissão e autorização. 37 Bens públicos: classificação e caracteres jurídicos. Natureza jurídica do domínio público. 38 Domínio público hídrico: composição; regime jurídico das águas públicas. 39 Domínio público aéreo. 40 Domínio público terrestre: evolução do regime jurídico das terras públicas no Brasil: terras urbanas e rurais; terras devolutas. Vias públicas; cemitérios públicos; portos. 41 Recursos minerais e potenciais de energia hidráulica: regime jurídico. 42 Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso; ocupação; aforamento; concessão de domínio pleno. 43 Limitações administrativas: conceito. Zoneamento. Polícia edilícia. Zonas fortificadas e de fronteira. Florestas. Tombamento. 44 Servidões administrativas. 45 Requisição da propriedade privada. Ocupação temporária. 46 Desapropriação por utilidade pública: conceito e fundamento jurídico; procedimentos administrativo e judicial; indenização. 47 Desapropriação por zona. Direito de extensão. Retrocessão. “Desapropriação indireta”. 48 Desapropriação por interesse social: conceito, fundamento jurídico e espécies; função social do imóvel rural. Evolução do regime jurídico no Brasil. 49 Controle interno e



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

externo da administração pública. 50 Sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una. 51 Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro. 52 Controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas. Tribunal de Contas da União e suas atribuições. 53 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos. Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado. 54 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública no direito brasileiro. 55 Agentes públicos: servidor público e funcionário público; natureza jurídica da relação de emprego público; preceitos constitucionais. 56 Funcionário efetivo e vitalício: garantias; estágio probatório. Funcionário ocupante de cargo em comissão. 57 Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. 58 Improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/92). 59 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. 60 Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público. 61 Procedimento administrativo. Instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. 62 Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa. 63 Advocacia-Geral da União. 64. Lei da Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) Finanças públicas na Constituição de 1988. 65. Orçamento. Conceito e espécies. Natureza jurídica. Princípios orçamentários. Normas gerais de direito financeiro (Lei n.º 4.320, de 17/3/1964). Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. 66. Despesa pública. Conceito e classificação. Princípio da legalidade. Técnica de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. Disciplina constitucional e legal dos precatórios. 67. Receita pública. Conceito. Ingressos e receitas. Classificação: receitas originárias e receitas derivadas. Preço público e sua distinção com a taxa. 68. Dívida ativa da União de natureza tributária e não-tributária. 69. Crédito público. Conceito. Empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão. Dívida pública: conceito, disciplina constitucional, classificação e extinção. Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01). Código Tributário do Município de Vitorino. **DIREITO TRIBUTÁRIO E COMERCIAL.** 1 O Estado e o poder de tributar. 2 Direito tributário: conceito e princípios. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Normas gerais de direito tributário. 3 Norma tributária. Espécies. Vigência e aplicação. Interpretação e integração. Natureza. 4 Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. 5 Crédito tributário. Conceito. Natureza. Lançamento. Revisão. Suspensão, extinção e exclusão. Prescrição e decadência. Repetição do indébito. 6 Responsabilidade tributária. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. 7 Garantias e privilégios do crédito tributário. 8 Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Impostos da União. Impostos dos estados e do Distrito Federal. Impostos dos municípios. Repartição das receitas tributárias. 9 Dívida ativa e certidões negativas. 1 Empresário. Atos de comércio. Nome comercial e registro do comércio. Fundo de comércio. 2 Contabilidade. 3 Títulos de crédito. 4 Regime jurídico do capital estrangeiro. 5 Sociedades comerciais. Sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Lei das Sociedades por Ações. 6 Responsabilidade dos sócios e administradores. Doutrina da desconsideração da personalidade jurídica. 7 O sistema financeiro nacional. 8 Mercado de capitais. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). 9 Falências. Intervenção e liquidação extrajudicial. **DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.** 1 Lei. Vigência. Aplicação da lei no tempo e no espaço. 2



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

Integração e interpretação da lei. 3 Lei de Introdução ao Código Civil. 4 Pessoas naturais e jurídicas. Personalidade. Capacidade. 5 Domicílio civil. 6 Bens. Espécies. Coisas fora do comércio. Bem de família. 7 Fatos jurídicos. Atos jurídicos. Negócios jurídicos. Requisitos. 8 Defeitos dos atos jurídicos. 9 Modalidades dos atos jurídicos. 10 Forma e prova dos atos jurídicos. 11 Nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos. 12 Atos ilícitos. 13 Prescrição e decadência. 14 Posse. Classificação. Aquisição. Efeitos. Perda. 15 Proteção possessória. 16 Propriedade móvel e imóvel. Aquisição e perda. 17 Usucapião. Usucapião especial. 18 Condomínio. 19 Direitos reais sobre coisas alheias. 20 Direitos reais de garantia. 21 Obrigações. Modalidades. 22 Cláusula penal. 23 Extinção das obrigações sem pagamento. 24 Extinção das obrigações com pagamento. 25 Inexecução das obrigações. Perdas e danos. 26 Juros legais. 27 Cessão de crédito. 28 Contratos. Noções gerais. Teoria da imprevisão. 29 Arras. 30 Evicção e vícios redibitórios. 31 Compra e venda. Compromisso de compra e venda. 32 Troca e doação. 33 Locação de coisas e serviços. Empreitada. 34 Mútuo e comodato. Depósito. 35 Mandato e gestão de negócios. 36 Seguro. Fiança. 37 Obrigações por declaração unilateral de vontade. Liquidação das obrigações. 38 Obrigações por atos ilícitos. 39 Concurso de credores. 40 Responsabilidade civil, inclusive por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico. 41 Alienação fiduciária em garantia. 42 Correção monetária. 43 Registros públicos. 1 Jurisdição: contenciosa e voluntária. 2 Órgãos da jurisdição. 3 Ação: conceito e natureza jurídica. Condições da ação. Classificação das ações. 4 Processo. Conceito. Natureza jurídica. Princípios fundamentais. Pressupostos processuais. 5 Procedimento ordinário e sumaríssimo. 6 Competência: absoluta e relativa. 7 Competência internacional. Homologação de sentença estrangeira. Carta rogatória. 8 Partes. Capacidade e legitimidade. Substituição processual. 9 Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros: oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo. Ação regressiva. 10 Formação, suspensão e extinção do processo. 11 Petição inicial. Requisitos. Inépcia da petição inicial. 12 Pedido. Cumulação e espécies de pedido. 13 Atos processuais. Tempo e lugar dos atos processuais. 14 Comunicação dos atos processuais. Citação e intimação. 15 Despesas processuais e honorários advocatícios. 16 Resposta do réu: exceção, contestação e reconvenção. Revelia. Efeitos da revelia. 17 Julgamento conforme o estado do processo. 18 Audiência de instrução e julgamento. 19 Prova. Princípios gerais. Ônus da prova. 20 Sentença. Coisa julgada formal e material. Preclusão. 21 Duplo grau de jurisdição. Recursos. Incidente de uniformização de jurisprudência. 22 Reclamação e correição. 23 Ação rescisória. 24 Ação monitória. 25 Liquidação de sentença. Execução. Regras gerais. Partes. Competência. Responsabilidade patrimonial. 26 Título executivo judicial e extrajudicial. 27 Execução por quantia certa contra devedor solvente e contra devedor insolvente. 28 Execução para entrega de coisa. 29 Execução de obrigação de fazer e de não fazer. 30 Execução contra a fazenda pública. 31 Embargos à execução. 32 Ministério Público no processo civil. 33 Ação popular e ação civil pública. 34 Mandado de segurança. 35 Mandado de injunção. 36 Habeas data. 37 Ação declaratória. Declaratória incidental. 38 Ação discriminatória. 39 Ação de usucapião. 40 Ação de consignação em pagamento. 41 Ação de despejo e renovatória. 42 Ação de desapropriação. 43 Ações possessórias. 44 Embargos de terceiro. 45 Ação cível originária nos tribunais. 46 Tutela antecipada e tutela específica. 47 Medidas cautelares. 48 Juizados especiais. 49. Código de Organização Judiciária do Estado do Paraná. **DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL.** 1 Aplicação da lei penal. Princípios da legalidade e anterioridade. Lei penal no tempo e no espaço. 2 Crime. Conceito. Relação de causalidade.



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

Superveniência de causa independente. Relevância da omissão. Crime consumado, tentado e impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime doloso, culposo e preterdoloso. Tipicidade (tipo legal do crime). Erro de tipo e erro de proibição. Coação irresistível e obediência hierárquica. 3 Exclusão de ilicitude. 4 Imputabilidade penal. 5 Concurso de pessoas. 6 Efeitos da condenação e da reabilitação. 7 Pena de multa criminal (Código Penal). 8 Ação penal pública e privada. 9 Extinção da punibilidade. 10 Crimes contra a honra. 11 Crimes contra a administração pública (Lei n.º 8.429, de 2/6/1992). 12 Crimes relativos à licitação (Lei n.º 8.666, de 21/6/1993). 13 Crimes contra a organização do trabalho. 14 Crimes contra o patrimônio. 15 Crimes contra a fé pública. 16 Crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 4.898, de 9/12/1965). 17 Crimes contra a ordem econômica, as relações de consumo e a economia popular. 18 Crime de imprensa. 19 Crime de preconceito. 20 Crime organizado. 21 Crimes hediondos. 22 Suspensão condicional do processo. 23 Interceptação telefônica. 24 Estatuto da Criança e do Adolescente. 25 Crimes de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores. 1 Princípios gerais do Processo Penal. 1.1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.2 Sujeitos da relação processual. 1.3 Inquérito policial. 2 Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. 2.1 Ação penal pública. 2.2 Titularidade, condições de procedibilidade. 2.3 Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. 2.4 Ação penal privada. 2.5 Titularidade. 2.6 Queixa. 2.7 Renúncia. 2.8 Perdão. 2.9 Perempção. 2.10 Extinção da punibilidade. 2.11 Ação civil. 3 Jurisdição. 3.1 Competência: critérios de determinação e modificação. 3.2 Incompetência. 3.3 Efeitos. 3.4 Das questões e processos incidentes. 4 Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. 4.1 Do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça. 4.2 Da prisão e da liberdade provisória. 5 Das citações e intimações. 5.1 Forma, lugar e tempo dos atos processuais. 5.2 Dos atos processuais. 5.3 Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. 5.4 Dos prazos: características, princípios e contagem. 6 Da sentença. 6.1 Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. 6.2 Sentença absolutória: providências e efeitos. 6.3 Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos; efeitos civis da sentença penal. 6.4 Da coisa julgada penal. 6.5 Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. 7 Procedimento comum. 8 Das nulidades. 8.1 Dos recursos em geral: princípios básicos e modalidades e princípio da fungibilidade. 8.2 Da revisão criminal. 8.3 Das exceções. 9 Do habeas-corpus. 9.1 Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 9.2 Da execução das penas em espécie; dos incidentes da execução penal. **DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO.** 1 Direito do trabalho: definição, fontes. 2 Contrato individual de trabalho: conceito, requisitos, classificação. 3 Sujeitos do contrato de trabalho. 4 Responsabilidade solidária de empresas. Sucessão de empresas. 5 Salário e remuneração. 6 13.º salário. 7. Salário-família. Salário-educação. Salário do menor e do aprendiz. 8 Equiparação salarial. 9 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 10 Paralisação temporária ou definitiva do trabalho em decorrência do factum principis. 11 Força maior no direito do trabalho. 12 Alteração do contrato individual de trabalho. 13 Justas causas de despedida do empregado. 14 Rescisão do contrato de trabalho. Culpa recíproca. 15 Despedida indireta. 16 Dispensa arbitrária. 17 Rescisão do contrato de trabalho. Conseqüências. 18 Aviso prévio. 19 Indenizações em decorrência de dispensa do empregado. 20 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. 21 Ação do FGTS. 22 Estabilidade. 23 Reintegração do empregado estável. 24 Inquérito para apuração de falta grave. 25



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO

Estabilidade especial. 26 Trabalho extraordinário e trabalho noturno. 27 Sistema de compensação de horas. Adicional de horas extras. 28 Repouso semanal remunerado. 29 Férias: direito do empregado, época de concessão e remuneração. 30 Segurança e higiene do trabalho. Periculosidade e insalubridade. 31 Trabalho da mulher. Estabilidade da gestante. Trabalho noturno e trabalho proibido. 32 Trabalho do menor. 33 Profissões regulamentadas. 34 Organização sindical. 35 Natureza jurídica, criação, administração e dissolução de Sindicatos. 36 Convenções e acordos coletivos de trabalho. Mediação e arbitragem. 37 Representação dos trabalhadores nas empresas. 38 Direito de greve. Serviços essenciais. Procedimentos. 39 Fiscalização trabalhista. 40 Justiça do trabalho. Organização. Competência. 41 Ministério Público do Trabalho. 42 Competência: justiça do trabalho e justiça federal. 43 Princípios gerais que informam o processo trabalhista. 44 Prescrição e decadência. 45 Substituição e representação processuais, assistência judiciária e honorários de advogado. 46 Dissídios individuais. 47 Dissídios coletivos. 48 Nulidades no processo trabalhista. 49 Recursos no processo trabalhista. 50 Execução no processo trabalhista. 51 Embargos à execução no processo trabalhista. 52 Processos especiais. Ação rescisória. Mandado de segurança. 53 Direito internacional do trabalho. Tratados e convenções. **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VITORINO.**

PARA O CARGO DE TECNICO ADMINSTRATIVO

1. Linguagem, língua; 2. Elementos da comunicação e funções da linguagem; 3. Variação lingüística; 4. Seqüências textuais (narração, descrição, argumentação); 5. Gêneros textuais; 6. Texto, contexto e interlocução; 7. Fatores de textualidade; 8. Recursos semânticos e estilísticos (figuras de linguagem, informações implícitas, ambigüidade problemática e como efeito de sentido, sinonímia, antonímia, polissemia, campo semântico, hiponímia e hiperonímia); 9. Fonética e fonologia; 10. Morfologia (estrutura e formação das palavras); 11. Sintaxe do período simples e do período composto (relações sintáticas de coordenação e subordinação entre palavras e orações; as classes de palavras e suas funções sintáticas no texto); 12. Concordância verbal e nominal; 13. Regência verbal e nominal; 14. Colocação pronominal; 15. Crase.

MATEMÁTICA

1. Conjuntos. 2. Razão e proporção. 3. Regra de três simples e composta. 4. Porcentagem; 5. Juros simples e composto. 6. Descontos simples e composto. 7. Equações e inequações. 8. Sistemas e problemas envolvendo variáveis do 1º e 2º graus. 9. Relações métricas e trigonométricas no triângulo. 10. Problemas que envolvam figuras planas. 11. Funções. 12. Sistemas legais de medidas.

Raciocínio lógico.

ESPECÍFICO. Lei Federal 4320/64 e Legislação complementar. Código Tributário Nacional e Municipal. Constituição Federal, Lei Federal 8666/93 e suas alterações. Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Noções básicas de Direitos Administrativos. Noções de Informática. Princípios básicos da Administração Pública. Atos administrativos. Emenda Constitucional 19 e 20.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VITORINO.



Município de Vitorino

Estado do Paraná
GABINETE DO PREFEITO
